

UM OLHAR SOBRE QUESTÕES DE GÊNERO NA AGRICULTURA FAMILIAR – O CASO DA LOCALIDADE DE PICADA FELIZ, EM SÃO LOURENÇO DO SUL – RS

CAROLINE TAPIA BUENO¹; MARIA REGINA CAETANO COSTA²

¹ Universidade Federal de Pelotas – caroline.bueno14@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – reginna-7@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende contribuir para o desvendamento da realidade das condições de vida das mulheres trabalhadoras rurais. Sua ênfase recai sobre a análise de aspectos como a organização social, a divisão das tarefas no interior das famílias e a prospecção das condições de reprodução do modo de vida. Tomou-se como base de estudo a localidade de Picada Feliz, no Município de São Lourenço do Sul – RS.

A pesquisa está sendo desenvolvida como trabalho de conclusão no curso de Licenciatura em Geografia, da Universidade Federal de Pelotas e tem como objetivo geral a identificação do papel das mulheres envolvidas em atividades na agricultura familiar¹, tentando encontrar relações entre o processo de divisão do trabalho por sexo e suas consequências nas perspectivas sobre a permanência ou abandono do campo. São Lourenço do Sul é um município brasileiro, do estado do Rio Grande do Sul, que possui área de 2.036,125 km² e população de 43.114 habitantes, sendo que 24.234 habitam a zona urbana e 18.880 o meio rural (IBGE, 2010). Segundo o DECRETO Nº 2916 de 2007, este município está dividido em sete distritos, além do Distrito Sede. A pesquisa será desenvolvida no 7º distrito de São Lourenço, que é composto por dez localidades, sendo escolhida a localidade de Picada Feliz para a análise. Esta localidade está situada a 30 km da cidade e possui cerca de 500 habitantes.

Revela a literatura, que inicialmente foi a mulher que teve o contato com a agricultura, enquanto cuidava dos filhos e da casa começou a plantar verduras e flores, assim aproveitando o tempo e o local disponível. Segundo BUARQUE 2002, “a nossa agricultura familiar é herança de uma atividade basicamente feminina [...] instituída pelas mulheres nos espaços vazios dos grandes latifúndios”. Porém mesmo a mulher sendo pioneira nesta atividade a sociedade atual ainda impõe resistência em reconhecer o seu trabalho. Este ainda é visto somente como uma “ajuda” ao homem agricultor. Conforme trata a autora:

Diversos estudos que examinaram a divisão do trabalho por sexo na agricultura permitem concluir que as mulheres (e, de um modo geral, também as crianças e os jovens) ocupam uma posição subordinada e seu trabalho geralmente aparece como ‘ajuda’, mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles. (BRUMER, A. 2004, p. 210).

As diferenças de gênero não são novidades neste meio, desde muitos anos atrás a mulher não tem a mesma colocação que o homem na agricultura familiar. Esta questão começa pelo próprio direito a terra, que perante a cultura já lhe é negado.

¹ O PRONAF enquadra agricultura familiar onde: a (o) agricultora (o) seja proprietário, posseiros, arrendatários, parceiros ou concessionários da Reforma Agrária; residam na propriedade ou em local próximo; detenham, sob qualquer forma, no máximo 4 (quatro) módulos fiscais de terra, quantificados conforme a legislação em vigor, e mantenham até 2 (dois) empregados permanentes – sendo admitida a ajuda eventual de terceiros.

Mesmo que em termos legais as mulheres tenham direito à titularidade da propriedade, este direito é impedido pelos valores e costumes das comunidades e pelo fato de o interlocutor privilegiado dos órgãos que executam as políticas do setor agrícola ser o homem/chefe de família, a quem atribuem a responsabilidade pela unidade produtiva. (SUÁREZ, M.; SUAREZ, M.; TEIXEIRA, Z. A.; MUSSI, H. 1994, p. 71).

A ideologia aplicada na agricultura familiar de o pai ser o mais apto a desenvolver as atividades da propriedade e na falta dele na maioria dos casos, quem deve assumir é outro membro da família, geralmente do sexo masculino acaba por deixar de lado o duro trabalho da mulher, o qual não é remunerado e muito menos visto pelos integrantes da família e acabando por não ser visto nem por ela mesma.

Todo esse desgaste na divisão sexual do trabalho, onde a mulher, é reconhecida apenas como a “esposa do agricultor” ou uma “ajuda” na propriedade acaba por fazer ela se tornar muitas vezes invisível aos olhos da sociedade a qual não consegue enxergá-la como parte constituinte do processo produtivo, e também de políticas públicas.

A operação de invisibilidade ocorre em um momento posterior ao trabalho realizado, seja ele produtivo ou reprodutivo. Dá-se quando é negado às mulheres o direito de decidir; quando as estatísticas e análises – produzidas pelo Estado ou pela sociedade civil – não trabalham os dados separados por sexo; quando discursos mantêm a suposta universalidade do masculino (“o agricultor”); quando os projetos políticos, estatais ou da sociedade civil não as consideram como sujeitos de direito. (GOUVEIA, T. 2003, p. 45).

Sabemos que a trajetória da mulher no mundo do trabalho tem sido árdua e marcada por um processo de invisibilidade e falta de reconhecimento social. Na agricultura familiar, em especial a brasileira, estes problemas são agravados, assumindo dimensões ainda carentes de estudos. Este trabalho tenta trazer essa temática para a discussão, tentando auxiliar no processo de tomada de consciência coletiva e impulsionando a busca de um novo ambiente de condições de trabalho mais igualitárias entre os sexos.

2. METODOLOGIA

Primeiramente foi realizada uma Pesquisa Bibliográfica para a compreensão da realidade estudada, ou seja, “o levantamento de todo o referencial já editado em relação à temática de estudo, desde periódicos, monografias, dissertações, teses, livros, publicações avulsas, boletins, documentos eletrônicos, entre outros” (RAUPP; BEUREN, 2004).

Após a revisão bibliográfica, pretende-se fazer uma pesquisa qualitativa sobre o universo que o trabalho se propõe a investigar. “O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível” (CHIZZOTTI, 2006, p. 1). Será utilizado o método de entrevistas com o roteiro semiestruturado e levantamento da história oral dos sujeitos investigados. Estas entrevistas serão realizadas com agricultoras familiares de todas as faixas etárias, excetuando as crianças. Abordaremos a descrição da divisão por sexo das tarefas desenvolvidas no núcleo familiar, além de investigar qual são as perspectivas sobre o abandono ou permanência no campo.

Pretende-se chegar a perceber qual a relação entre o papel da mulher no trabalho, sua visibilidade e a sua decisão sobre a permanência, ou não, neste meio.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o momento foi realizado a pesquisa bibliográfica do trabalho, encontramos nesta primeira parte a discussão da invisibilidade do papel das mulheres na agricultura familiar, sua falta de reconhecimento e as diferenças de gênero encontradas neste meio.

A próxima etapa portanto será as entrevistas no qual poderemos ver realmente se a realidade vista na pesquisa bibliográfica se aplica a localidade estudada. Trataremos nesta segunda parte das perspectivas desses sujeitos em permanecer ou abandonar o campo tendo em vista o reconhecimento ou não dos seus trabalhos.

4. CONCLUSÕES

Trabalhar a questão de gênero na área rural é de extrema importância, principalmente em uma sociedade patriarcal onde a mulher é, na maioria das vezes, tratada de modo inferiorizado.

A pesquisa traz à tona questões que, aos olhos de muitos, são invisíveis, porém, para quem vivência, pode se transformar em um grande problema de insatisfação e desmotivação, além de desencadear outros processos, como é o caso da migração para outros lugares, para tentar melhorar suas vidas, onde encontram esperanças geralmente em empregos subalternos, longe de suas realidades.

Não considerar e enxergar o trabalho da mulher no campo não é somente um tema local e sim global. Desde os primórdios da agricultura, até o momento em que tomou espaço economicamente e socialmente, a mulher não é vista como parte constituinte da produção e, até hoje, a sua situação, em geral é inferiorizada.

O trabalho que a mulher desenvolve é extremamente importante, ele não se restringe a manutenção do núcleo familiar, mas sim possui papel fundamental nas lavouras e cuidado com os animais. Alguns estudos na atualidade apontam que as mulheres desenvolvem papel decisivo na produção, seu trabalho apesar da invisibilidade, gera valor econômico e social, assegura a reprodução da força de trabalho e da unidade de produção familiar.

O cenário de empoderamento feminino no meio rural vem ganhando cada vez mais força e voz, sabe-se que cada local tem sua estratégia, porém práticas têm sido desenvolvidas pelas agricultoras como associações, cooperativas de produção e comercialização. Nestas iniciativas as mulheres estão encontrando uma possibilidade maior de autonomia financeira e contribuem para a renda familiar. Essa emancipação é fruto de lutas pelo reconhecimento da sua profissão: agricultora.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BNDES. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.** Acessado em: 14 de novembro de 2015. Online. Disponível em: <http://www.bnDES.gov.br/apoio/pronaf.htm>
- BRUMER, A. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revistas Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n. 1, p. 205- 227, janeiro-abril/2004.
- BUARQUE, C. Integração da perspectiva de gênero no setor da reforma agrária. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**, Brasília, p. 1- 45, 2002.
- CARNEIRO, M. J. **Herança e gênero entre agricultores familiares**. Acessado em 23 junh. 2016. Online Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X200100010003/8892>
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- GOUVEIA, T. Muito Trabalho e Pouco Poder Marcam a Vida das Agricultoras. **Observatórios da Cidadania**, Brasília, p. 44- 49, 2003.
- IBGE. **Senso 2010**. Acessado em 21 julho 2016. Online. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais.htm
- LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução Frédéric Bazin. Campinas: Unicamp, 1998. 2 v.
- PREFEITURA DE SÃO LOURENÇO DO SUL. **Decreto 2916**. Acessado em 2 mar. 2016. Online. Disponível em: http://www.saolourencodosul.rs.gov.br/arquivos/Decreto_2916.pdf
- RAUPP, F.; BEUREN, I. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2004. 2v.
- SUÁREZ, M.; SUAREZ, M.; TEIXEIRA, Z. A.; MUSSI, H.. Perspectiva de Gênero Na Produção Rural. **Estudos de Política Agrícola**, Brasília, v. 22, p. 1-85, 1994.
- WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPF, n3, p. 21-55, 2001.
- WOORTHMANN, E. F.; WOORTHMANN, K. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: EDUnB, 1997.